

Brasília-DF, 13 de agosto de 2026

CNTI participa de sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem aos 20 anos da Lei Maria da Penha



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria CNTI participou da sessão solene em homenagem aos 20 anos da Lei Maria da Penha, marco histórico no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil. A entidade foi representada pela Secretária para Assuntos da Mulher da CNTI, Sonia Zerino, que compõe o CNDM.

Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei nº 11.340/2006 criou mecanismos para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres e se tornou uma das principais conquistas da luta feminista e dos movimentos sociais brasileiros. A sessão solene destacou os avanços alcançados ao longo de duas décadas, mas também chamou atenção para os desafios que ainda permanecem.



Celebrar 20 anos da legislação significa reconhecer uma importante conquista, mas também reafirmar que a luta pela proteção e pela vida das mulheres precisa continuar. É preciso perguntar às mulheres se elas conseguem acessar plenamente as redes de proteção.

As desigualdades de raça, classe, território, idade e condição social interferem profundamente nas

possibilidades de uma mulher romper um ciclo de violência.



A participação da CNTI na sessão solene reafirma o compromisso da Confederação com a defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras e com o fortalecimento das políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero.



Brasília-DF, 13 de agosto de 2026



O petista esperava que o assunto tivesse um avanço na reunião com o presidente da Casa Legislativa, mas não houve consenso para a costura de um calendário de votação da proposta neste momento. A expectativa é de o assunto seja tratado em um novo encontro.

Lula quer votar a proposta no esforço concentrado do Senado Federal, ainda antes do primeiro turno das eleições presidenciais. Alcolumbre, porém, prefere deixar o tema para novembro, após a conclusão do segundo turno presidencial.

Lula e Alcolumbre fizeram acenos mútuos de apoio e de disposição de diálogo legislativo e político. Os temas sensíveis, porém, ficaram para uma nova reunião até o final deste mês.

Na reunião, Alcolumbre também não sinalizou que fará uma declaração de apoio à reeleição de Lula. O petista ainda aguarda uma manifestação do senador para melhorar a relação política entre ambos.

Fonte: CNN Brasil

Brasil avança em 71% dos indicadores de desigualdade com melhorias na renda, emprego e meio ambiente

Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades aponta avanços no mercado de trabalho e segurança alimentar



Crédito: Ricardo Stuckert/Pr

Lula e Alcolumbre não destravam votação de fim da 6x1

A expectativa era de um acerto, mas negociação ficou para próxima reunião



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), não conseguiram destravar a votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) sobre o fim da escala 6x1 durante o encontro ocorrido nesta quarta-feira (12).

O Brasil apresentou avanços significativos na redução das vulnerabilidades sociais e econômicas ao registrar melhora em 71% dos 38 indicadores de desigualdade monitorados pelo Observatório Brasileiro das Desigualdades. O levantamento, divulgado nesta quarta-feira (12) com base em dados apurados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), integra as ações do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, informa o Metrôpoles.

Brasília-DF, 13 de agosto de 2026

De acordo com o estudo, o panorama comparativo entre 2024 e 2025 reflete progressos consolidados em áreas cruciais para o desenvolvimento social, tais como mercado de trabalho, desenvolvimento humano, renda, segurança alimentar, educação e preservação ambiental.

No âmbito do mercado de trabalho, a taxa de desocupação recuou para 5,6% em 2025, atingindo o menor patamar de toda a série recente de monitoramento. A retração do desemprego estendeu-se a todos os grupos populacionais, beneficiando inclusive mulheres e pessoas negras. O estudo pondera, contudo, que as disparidades históricas entre esses recortes demográficos continuam a exigir atenção do poder público.

O indicador de renda e combate à pobreza também registrou evolução expressiva: o rendimento médio real das famílias brasileiras teve uma alta de 5,3% no período. Paralelamente, observou-se uma diminuição consistente na proporção de indivíduos vivendo em situação de pobreza extrema e extrema vulnerabilidade, medida pela parcela da população em domicílios com renda per capita de até um quarto e até meio salário mínimo.

Na área da segurança alimentar, a pesquisa aponta que os índices de insegurança alimentar moderada e grave caíram de 9,5% em 2023 para 7,7% em 2024. A evolução no combate à fome foi acompanhada pela diminuição nos quadros de desnutrição infantil e entre a população idosa.

A educação brasileira registrou avanços simultâneos na alfabetização e no acesso ao ensino. O levantamento constatou a queda na taxa geral de analfabetismo, com destaque para as reduções observadas entre idosos e a população negra. Além disso, houve ampliação da frequência de crianças de zero a três anos em creches, avanço do atendimento na educação infantil e crescimento nas taxas líquidas de escolarização tanto no ensino médio quanto no ensino superior.

No setor ambiental, os dados apontam expressiva mitigação de danos ambientais. O país computou uma redução de 20,6% no desmatamento em 2025, além de registrar uma queda de 16,7% nas emissões de gases de efeito estufa no consolidado de 2024.

Desafios estruturais permanecem no horizonte

Apesar dos avanços observados na maioria das frentes avaliadas, o relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades ressalta que as desigualdades estruturais de gênero e raça ainda constituem um obstáculo central para o desenvolvimento pleno do país.

Entre as métricas que apresentaram degradação no período figuram a concentração de renda, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, o risco geológico em áreas vulneráveis, o comprometimento da renda com o gasto com aluguel e a sobrerrepresentação da população negra no sistema prisional. Além desses pontos, registraram piora os índices de mortalidade materna e a cobertura do saneamento básico na Região Norte.

Fonte: Brasil247

CRE aprova marco da OIT sobre saúde e segurança no trabalho



Saulo Cruz/Agência Senado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou nesta terça-feira (11) o texto da Convenção 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST).

A Convenção 187 estabelece diretrizes para o aprimoramento contínuo da segurança e da saúde no trabalho, com o objetivo de melhorar as condições e os ambientes de trabalho e reduzir danos à saúde dos trabalhadores. Para isso, é prevista a criação, implementação e acompanhamento de uma política nacional, de um sistema nacional e de um programa nacional nessa área.

O PDL 720/2024 recebeu parecer favorável do senador Esperidião Amin (PP-SC) e agora será analisado pelo Plenário. Na avaliação do relator, a aprovação da convenção permitirá ao Brasil participar da cooperação internacional para aperfeiçoar as políticas de segurança e saúde no trabalho.

— O Brasil terá a oportunidade de aprimorar sua legislação trabalhista, perante um mundo do trabalho em constante transformação, servindo-se da troca de experiências e de boas práticas entre países — afirmou.

Brasília-DF, 13 de agosto de 2026

Cultura preventiva

A Convenção 187 estimula os países a desenvolver uma cultura preventiva em segurança e saúde no trabalho. O acordo define conceitos relacionados à política nacional, ao sistema nacional e ao programa nacional de segurança e saúde no trabalho, além de estabelecer parâmetros mínimos para a atuação dos países que aderirem ao texto.

O texto prevê que os países participantes aprimorem continuamente a segurança e a saúde no trabalho para prevenir lesões, doenças e mortes relacionadas ao trabalho. A implementação das medidas deve ocorrer em diálogo com organizações representativas de empregadores e trabalhadores.

A convenção também estabelece que o sistema nacional de segurança e saúde no trabalho deve ser mantido, desenvolvido progressivamente e revisado periodicamente. O programa nacional deverá colocar em prática esse sistema, com ampla divulgação e apoio das autoridades nacionais quando possível.

Fonte: Agência Senado

Hugo Motta diz que PL da Misoginia é "urgente para o Brasil"

Presidente da Câmara comentou prioridades da pauta durante as próximas semanas.



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou na terça-feira (11) que o combate à misoginia é uma prioridade da Casa e defendeu o avanço do projeto que endurece a legislação contra ataques às mulheres.

Apesar de classificar a proposta como "urgente para o Brasil", Motta disse que ainda não pode garantir a votação do PL da Misoginia nesta semana, já que o texto depende de um entendimento no Colégio de Líderes e enfrenta questionamentos da bancada evangélica sobre a caracterização do crime.

"Misoginia, esse é um projeto que é urgente para o Brasil. Nós não podemos compactuar com mulheres

que estão sendo agredidas, violentadas e mortas todos os dias em nosso país."

Segundo o presidente da Câmara, a relatora da proposta, deputada Tabata Amaral (PSB-SP), participa das negociações com o governo, bancadas partidárias e a Frente Parlamentar Evangélica em busca de um texto de consenso.

Fonte: Congresso em Foco

Estatuto do Aprendiz vai a Plenário com urgência

Geraldo Magela/Agência Senado



Aprovado pela CAS, o PL 6.461/2019 teve como relator Veneziano Vital do Rêgo, sendo lido por Flávio Arns

Projeto que institui o Estatuto do Aprendiz e reorganiza as regras da aprendizagem profissional foi aprovado nesta terça-feira (11) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria segue com urgência para Plenário.

O PL 6.461/2019 define a aprendizagem profissional como contrato de trabalho voltado à formação técnico-profissional metódica, a qual consiste em um processo de aprendizagem que combina aulas teóricas e práticas organizadas em tarefas de complexidade progressiva. O texto prevê contratação preferencial de adolescentes de 14 a 18 anos incompletos e estabelece que pessoas com deficiência poderão ser aprendizes sem limite máximo de idade.

O projeto, do ex-deputado André de Paula (PSD-PE), recebeu parecer favorável do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). O relatório foi lido na comissão pelo senador Flávio Arns (PSB-PR).

Para o relator, a proposta reorganiza a legislação e fortalece a aprendizagem profissional. Segundo Veneziano, a aprovação da matéria representa "relevante avanço para a política pública de aprendizagem profissional no Brasil".

Fonte: Agência Senado